

Proposta carência de 4 anos ao Clube de Paris

MILANO LOPES
Da sucursal de Brasília

A proposta completa que o Brasil fez ao Clube de Paris, para a renegociação da dívida vencida e a vencer, no período de agosto deste ano a dezembro de 1984, no valor de US\$ 2.264,8 milhões, sendo US\$ 703,6 milhões este ano e US\$ 1.561,2 milhões em 1984, inclui quatro itens. O primeiro deles sugere o reescalonamento de 90% do principal e dos juros, num período de nove anos com quatro de carência, e não cinco, conforme foi anunciado.

O segundo item propõe que o reescalonamento dos 10% restantes seja feito no prazo de cinco anos, com três de carência. O terceiro item estabelece que os atrasados até julho deste ano serão liquidados em três pagamentos iguais, em 31 de março de 1984, 30 de setembro de 1984 e 31 de março de 1985. O quarto e último item trata da taxa de juros: o Brasil não estabelece uma taxa fixa, mas sugere que ela seja objeto de discussões bilaterais, devendo ser fixada considerando-se o programa de recuperação econômica do País e o esforço que deve ser feito para sua execução.

A proposta de renegociação dos créditos do Clube de Paris foi formalizada em duas cartas que o ministro da Fazenda, Ernane Galvêas, enviou ao presidente do Clube, Michel Camdessus. A primeira, datada de 17 de agosto deste ano, faz a abordagem inicial e indica os valores objeto da renegociação neste ano, em 1984, 1985 e 1986. Até o final deste ano, segundo a primeira carta, os créditos a serem reescalonados somam US\$ 685,8 milhões, sendo US\$ 493,9 milhões do principal e US\$ 191,9 milhões dos juros.

Para os três anos seguintes, a carta menciona as seguintes cifras: 1984 — US\$ 1.462 milhões, sendo US\$ 1.042,6 milhões do principal e US\$ 419,4 milhões de juros; 1985 — total de US\$ 1.255,1 milhões, distribuído entre o principal, US\$ 921,1 milhões, e os juros, US\$ 333 milhões; 1986 — total de US\$ 931,8 milhões, sendo US\$ 666,7 milhões do principal e US\$ 265,1 milhões de juros.

Os atrasados de 10 de março, quando o Brasil começou a suspender os pagamentos, até 31 de julho, cujo pagamento é sugerido para ser feito em três parcelas iguais, de março de 1984 a março de 1985, somam US\$ 109,11 milhões, assim distribuídos: US\$ 2,38 milhões em março; US\$ 5,93 milhões em abril; US\$ 20,14 milhões em maio; US\$ 42,18 milhões em junho e US\$ 38,48 milhões em julho.

A segunda carta, encaminhada a Camdessus por Galvêas, com data de 10 de setembro, detalha a proposta completa de renegociação e corri-

ge alguns números mencionados na primeira. Assim, os créditos a serem renegociados com vencimento até 31 de dezembro deste ano somam US\$ 703,6 milhões e em 1984, US\$ 1.561,2 milhões, com uma diferença a mais, que não é explicada pelo ministro da Fazenda. Os atrasados até 31 de julho também são revistos e aumentados para US\$ 124,14 milhões.

Esta segunda carta também se refere ao programa de estabilização econômica que está sendo negociado com o Fundo Monetário Internacional (FMI), mencionando que a taxa anual de inflação será reduzida a 55% em dezembro de 1984, o único documento em que essa meta é expressamente definida, pois ela não está explícita na carta de intenção recentemente encaminhada ao Fundo.

GOVERNO A GOVERNO

O anexo da segunda carta endereçada ao Clube de Paris discrimina a dívida do Brasil contraída com os governos, diretamente através do Tesouro ou mediante contratos com agências oficiais de crédito, e que soma US\$ 7.349,9 milhões, dos quais cerca da metade vence até 1986, e o restante desse ano em diante.

Segundo a discriminação, o Brasil deve US\$ 2.750,8 milhões aos Estados Unidos; US\$ 598,8 milhões ao Canadá; US\$ 515,6 milhões ao Japão; US\$ 1.084 milhões à Alemanha Ocidental; US\$ 452,3 milhões à Inglaterra; US\$ 1.182,8 milhões à França; US\$ 6,8 milhões à Holanda; US\$ 142,6 milhões à Espanha; US\$ 206 milhões à Itália; US\$ 47,3 milhões à Suíça; US\$ 269,1 milhões à Suécia; US\$ 20 milhões à Bélgica; US\$ 1,3 milhão à Noruega; US\$ 16,8 milhões à Áustria; US\$ 5 milhões a Portugal e US\$ 22,3 milhões à Arábia Saudita.

Aos países do Leste europeu, segundo o anexo da segunda carta endereçada ao Clube de Paris, o Brasil deve US\$ 203,9 milhões, de acordo com a seguinte discriminação: Alemanha Oriental, US\$ 12,6 milhões; Hungria, US\$ 7,4 milhões; Polônia, US\$ 23,3 milhões; Romênia, US\$ 36,0 milhões; Tchecoslováquia, US\$ 46,7 milhões e URSS, US\$ 57,9 milhões.

Em relação ao governo dos Estados Unidos, o maior credor do Brasil, os créditos diretos fornecidos pela Usaid somam US\$ 974,4 milhões; os recursos cedidos pelo Eximbank alcançam US\$ 927,5 milhões; da Usda, também créditos diretos, US\$ 444,1 milhões, correspondentes à compra de trigo americano. Há, também, US\$ 131,3 milhões de *supplier's credits* (créditos para financiamento de equipamentos) e US\$ 77,2 milhões de *buyer's credits* (crédito fornecidos a importadores americanos de produtos brasileiros).